

Sumário

1. Introdução	1
2. O Conselho da Europa: histórico e estrutura atual.....	5
2.1. Breve história do Conselho da Europa.....	5
2.2. Estrutura atual do sistema europeu de proteção aos direitos humanos	6
3. O pilar normativo: a Convenção Europeia de Direitos Humanos	9
3.1. Direitos positivos e negativos previstos na convenção.....	10
3.1.1. Direito à vida (artigo 2º).....	10
3.1.2. Direito à liberdade e à segurança (artigo 5º).....	11
3.1.3. Direito ao respeito pela vida privada e familiar (artigo 8º)...	13
3.1.4. Direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (artigo 9º)	14
3.1.5. Direito à liberdade de expressão (artigo 10).....	15
3.1.6. Direito à liberdade de reunião e de associação (artigo 11)....	17
3.1.7. Direito ao casamento (artigo 12) e à igualdade entre os cônjuges (artigo 5º do Protocolo 7).....	17
3.1.8. Direitos aplicáveis ao processo penal (artigo 7º e artigos 2º, 3º e 4º do Protocolo 7)	19
3.1.9. Direito a um processo equitativo (artigo 6º) e a um recurso efetivo (artigo 13).....	21
3.1.10. Direito à propriedade (artigo 1º do Protocolo 1)	22

3.1.11. Direito à educação e ao ensino (artigo 2º do Protocolo 1)...	22
3.1.12. Direito a eleições livres	23
3.1.12. Proibição da tortura e das penas cruéis, degradantes e desumanas (artigo 3º).....	24
3.1.13. Proibição da escravatura e do trabalho forçado (artigo 4º).	25
3.1.14. Proibição de discriminação (artigo 14 e artigo 1º do Protocolo 12).....	26
3.2. Cláusulas gerais.....	27
3.3. Disposições diversas	28
4. O pilar jurisdicional: a Corte Europeia de Direitos Humanos	31
4.1. Competência e composição	31
4.2. Procedimento perante a CEDH.....	33
5. Os casos julgados pela CEDH em matéria ambiental	37
5.1. Poluição sonora	38
5.1.1. Causada por aeroportos	38
5.1.2. Causada por ruídos urbanos	39
5.2. Poluição da água	40
5.2.1. Causada por ausência de tratamentos de resíduos sólidos.....	40
5.2.2. Causada por atividades de mineração.....	41
5.2.3. Causada por cemitérios	42
5.3. Poluição do ar	42
5.3.1. Causada por indústrias	42
5.3.2. Causada por automóveis.....	44

5.4. Danos ambientais decorrentes de depósitos de lixo	45
5.5. Danos ambientais decorrentes de atividades nucleares.....	46
5.6. Concessão de licenças potencialmente lesivas ao meio ambiente	47
5.6.1. Para obras de engenharia.....	47
5.6.2. Para funcionamento de indústrias.....	48
5.7. Deslizamentos de terras	48
5.8. Demolição de propriedade privada para proteção ambiental	49
5.9. Crise climática	50
6. Teoria das obrigações positivas e negativas dos Estados.....	53
6.1. Conceito e aplicação na seara ambiental	53
6.2. As obrigações negativas	55
6.2.1. Dever de não-violação jurídica	56
6.2.2. Dever de não-violação fática	57
6.3. As obrigações positivas	58
6.3.1. A obrigação de legislar	59
6.3.2. A obrigação de reparar os danos.....	61
6.4. A teoria das obrigações dos Estados na Corte Europeia de Direitos Humanos.....	63
7. Teoria da margem nacional de apreciação	67
7.1. Conceito da teoria.....	67
7.2. A teoria da margem nacional de apreciação na jurisprudência da CEDH	69

8. Os casos ambientais julgados pela Corte Europeia de Direitos Humanos	73
8.1. Caso Powell e Rayner vs. Reino Unido (1990)	73
8.2. Caso Zander vs. Suécia (1993).....	77
8.3. Caso López Ostra vs. Espanha (1994)	81
8.4. Caso Balmer-Schafroth e outros vs. Suíça (1997)	85
8.5. Caso Guerra e outros vs. Itália (1998)	89
8.6. Caso L.C.B. vs. Reino Unido (1998)	94
8.7. Caso Hatton e outros vs. Reino Unido (2003).....	97
8.8. Caso Kyrtatos vs. Grécia (2003).....	101
8.9. Caso Gorraiz Lizarraga e outros vs. Espanha (2004).....	105
8.10. Caso Oneryildiz vs. Turquia (2004)	109
8.11. Caso Moreno Gómez vs. Espanha (2005)	114
8.12. Caso Taşkin e outros vs. Turquia (2005)	119
8.13. Caso Fadeyeva vs. Rússia (2005);	124
8.14. Caso Murillo Saldias e outros vs. Espanha (2006)	129
8.15. Caso Giacomelli vs. Itália (2007)	134
8.16. Caso Ledyayeva e outros vs. Rússia (2007).....	138
8.17. Caso Budaïeva e outros vs. Rússia (2008)	146
8.18. Caso Tătar vs. Romênia (2009)	155
8.19. Caso Brânduse vs. Romênia (2009)	160
8.20. Caso Greenpeace e outros vs. Alemanha (2009)	166
8.21. Caso Depalle vs. França (2010)	169

8.22. Caso Deés Vs. Hungria (2010)	173
8.23. Caso Dubetska e outros vs. Ucrânia (2011).....	177
8.24. Caso Hardy e Maile vs. Reino Unido (2012).....	185
8.25. Caso Flamenbaum vs. França (2013)	190
8.26. Caso Di Sarno vs. Itália (2012).....	201
8.27. Caso Kolyadenko e outros vs. Rússia (2012)	205
8.28. Caso Bor vs. Hungria (2013)	209
8.29. Caso Bil İnşaat Taahhüt Ticaret Limited Şirketi vs. Turquia (2014) ...	214
8.30. Caso Dzemyuk vs. Ucrânia (2014)	217
8.31. Caso Smaltini vs. Itália (2015).....	222
8.32. Caso Calancea e outros vs. Moldávia (2018).....	228
8.33. Caso Bursa Barosu Başkanlığı e outros vs. Turquia (2018).....	232
8.34. Caso Cordella e outros vs. Itália (2019)	237
8.35. Caso KlimaSeniorinnen e outros vs. Suíça	243
8.36. Caso Carême vs. França.....	247
8.37. Caso Duarte Agostinho e outros vs. Portugal e outros 32 Estados....	249
9. Conclusões	257
10. Referências Bibliográficas	265